

CAPÍTULO 3

CONCORDÂNCIA NOMINAL NO PORTUGUÊS BRASILEIRO: ALGUMAS QUESTÕES PARA ABORDAGEM EM SALA DE AULA

Adeilson Pinheiro Sedrins¹

Luís Arcênio Gomes da Silva Filho²

INTRODUÇÃO

Em uma aula no mestrado profissional em Letras, um dos autores deste texto perguntou à turma, composta por professores de língua portuguesa da educação básica, como geralmente abordavam o fenômeno da concordância verbal em suas aulas. As respostas giravam em torno de um procedimento similar: abordava-se com os alunos um texto em que o fenômeno da concordância se mostrava em evidência – geralmente em termos de variação linguística – e, em seguida, introduziam-se conceitos e regras (prescritivas) das normas de concordância, pautadas na perspectiva da gramática tradicional. Na visão desses professores, o ensino de gramática estava sendo efetivado

1 Professor associado de língua portuguesa da Universidade Federal do Agreste de Pernambuco e líder do Grupo de Estudos em Teoria da Gramática (GETEGRA). E-mail: adeilson.sedrins@ufape.edu.br.

2 Graduando em Letras pela Universidade Federal do Agreste de Pernambuco. Membro do Grupo de Estudos em Teoria da Gramática (GETEGRA). E-mail: luisarcenio4@gmail.com.

de maneira contextualizada e partindo de situações reais de uso: afinal de contas, partia-se de um texto, unidade de completa de significado, de circulação em determinada esfera social.

O problema dessa abordagem é que, por mais que se partisse de um dado real, inserido numa unidade de significado maior, e não de uma frase isolada, acabava-se a discussão pautada na perspectiva tradicional, sem considerar outras possibilidades de abordagem do tema, desconsiderando, por exemplo, uma perspectiva de abordagem de cunho científico sobre o fenômeno. Nesse sentido, Pilati (2017, p. 23) observa que “uma abordagem científica é sempre uma abordagem crítica do senso comum”. Tratar o fenômeno da concordância sob a perspectiva da teoria linguística permite, por exemplo, questionar afirmações reforçadas pelo senso comum de que falar “os menino” é errado, sendo correto apenas falar “os meninos”.

Por sua vez, os motivos para se abandonar um estudo pautado exclusivamente na gramática tradicional não são poucos e muitos deles já são de amplo conhecimento por aqueles que leram algo da produção bibliográfica produzida no Brasil, sobre o ensino de gramática, desde a década de 1980 (GERALDI, 1984, 1993; TRAVAGLIA, 1996; PERINI, 1991, 1997; POSSENTI, 1996, entre muitos outros). Entre esses motivos, destacamos o fato de que na gramática normativa encontramos apenas o que se pode denominar de língua ideal, desconectada da língua real em uso por falantes reais. A par disso, consideremos também os problemas que Perini (1991) apontou em relação à abordagem da gramática tradicional: a) inconsistência teórica; b) falta de coerência interna; e c) caráter predominantemente normativo.

A prática de abordagem relatada pelos professores da educação básica reflete o que tem sido observado em relação a mudanças no ensino de língua portuguesa: houve um avanço substancial no que diz respeito a atividades de leitura e produção de texto, mais especificamente no que diz respeito aos estudos sobre gêneros textuais, porém, no que tange ao ensino de gramática, muito pouco tem sido alterado, permanecendo a predominância da abordagem da gramática tradicional.³

Borges Neto (2013), ao categorizar os três tipos de conteúdos trabalhados na escola (essencial, cultural e científico), chama a atenção para o fato de que o ensino da norma culta e da ortografia oficial, por exemplo, fazem parte do conhecimento cultural, são conhecimentos valorizados socialmente, que podem garantir e ampliar o acesso a diferentes esferas sociais. No que se refere ao fenômeno da concordância no português brasileiro (doravante PB) há uma variação de realização, sendo as formas prescritas pela gramática normativa assimiladas como representativas da norma culta. Dessa forma, acaba-se privilegiando, na abordagem do conteúdo sobre concordância, apenas uma dimensão cultural restrita geralmente ao estudo de formas privilegiadas socialmente.

3 Embora não seja uma análise de aulas de língua portuguesa, a discussão apresentada em Bezerra e Reinaldo (2013) sinaliza para esta direção. No estudo apresentado pelas autoras, constata-se uma mudança positiva nos livros didáticos em termos de estudo de gêneros textuais, contudo, poucas alterações em relação ao ensino de análise linguística, em que se inclui o ensino de gramática.

Neste capítulo, discutimos alguns pontos essenciais sobre o fenômeno da concordância nominal no PB, tendo em mente a abordagem deste tópico de gramática nas aulas de língua portuguesa na escola básica. Reunimos alguns pontos que permitirão a contraposição entre o que é abordado pela tradição gramatical e o que estudos em linguística teórica tem permitido descrever e explicar sobre o fenômeno. Nosso intuito é o de apresentar um material que possa auxiliar uma abordagem sobre o fenômeno da concordância respaldados por uma perspectiva científica e que possa contribuir para um ensino de língua reflexivo, amparado em dados reais e de introspecção, que permitam observar o funcionamento da língua portuguesa.

A base teórica em que aparamos a discussão provém de dois modelos que têm contribuído incontestavelmente para a descrição e melhor compreensão sobre a concordância no português: a Sociolinguística Variacionista e a Teoria Gerativa. Iremos, dessa forma, considerando o quadro da Sociolinguística Variacionista, discutir o fenômeno sob a ótica da variação, considerando o fato de que aspectos extralinguísticos têm exercido um papel crucial no padrão em que se manifesta o fenômeno no português. Por outro lado, os estudos em teoria gerativa têm contribuído para a compreensão do fenômeno da concordância em termos comparativos tanto em diferentes variedades do português como também entre outras línguas naturais, permitindo generalizações sobre o mecanismo responsável pelo fenômeno da concordância nas línguas naturais.

Com base nessa escolha teórica, os pontos selecionados para discussão da concordância nominal no português são os limites da variação e as categorias que desencadeiam essa concordância.

3.1 OS LIMITES DA VARIAÇÃO NA CONCORDÂNCIA NOMINAL

A primeira questão que trazemos para o tratamento do fenômeno da concordância diz respeito ao nível de análise linguística que deve ser abordado. Duas ideias centrais **são assumidas aqui, já esboçadas em** Sedrins (2020): (a) alguns fenômenos linguísticos são restritos/sensíveis a níveis de análise linguística menores que o nível do texto (domínio do sintagma, por exemplo); (b) o domínio da sintaxe da língua não decorre do estudo de gêneros específicos da língua.

Os estudos em teoria e análise linguística têm demonstrado, sobretudo aqueles desenvolvidos sob a perspectiva da Teoria da Sociolinguística Variacionista, cujo precursor é o norte-americano William Labov (1981), que um fenômeno de variação linguística é sistematizável, considerando-se variáveis que atuam na dinâmica da alternância de formas. A variação linguística é condicionada tanto por fatores linguísticos quanto por fatores extralinguísticos. Os sistemas linguísticos apresentam restrições que não podem ser violadas, sob a pena de geração de estruturas agramaticais.⁴ Restrições e condicionamentos sobre um fenômeno linguístico são observados em

4 Uma construção *agramatical* não deve ser entendida como uma construção “errada” e sim como uma construção que viola alguma condição de funcionamento natural da língua. Usamos o asterisco (*) diante de um exemplo para indicar que a construção é agramatical.

relações bastante locais. Vamos ilustrar isso com o próprio fenômeno da concordância. Em (1), vemos as possibilidades de concordância para um sintagma nominal (SN), como *os meninos inteligentes*:

- (1) a. [Os meninos inteligentes] saíram.
 b. [Os meninos inteligente] saíram.
 c. [Os menino inteligente] saíram.
 d. *[O menino inteligentes] saíram.
 e. *[O meninos inteligente] saíram.

Os exemplos de (1a) a (1c) são construções possíveis de serem ouvidas por um falante do PB. Já os exemplos em (1d) e (1e) representam – esse é o nosso julgamento de aceitabilidade – construções não produzíveis naturalmente por falantes da nossa língua. Os contrastes em (1) sinalizam que há uma possibilidade de variação na manifestação do morfema de plural, no sentido de que é possível nem todos os itens estarem marcados com o morfema –s, mas as possibilidades são limitadas, como mostram (1d) e (1e).

Estudos sobre concordância no PB demonstram que as impossibilidades de dados como os apresentados em (1d) e (1e) decorrem das relações estruturais estabelecidas entre os elementos que compõem o SN: no PB, é obrigatória a realização morfológica de plural no elemento que ocupa a posição de determinante. Os dados em (1d) e (1e) são ruins exatamente porque o artigo definido, que ocupa a posição (e exerce a função) de determinante, não foi realizado com a marca de plural. Os dados de (1a) a (1c) apresentam o artigo definido com marca de plural e, uma vez garantida a marca nestes itens, a variação de realização de –s nos demais elementos do sintagma pode variar.

Por sua vez, a escolha entre umas das formas possíveis do PB, ou seja, entre aquelas ilustradas entre (1a) a (1c) pode ser condicionada por fatores extralinguísticos: (1a) é uma forma favorecida em contextos formais, entre pessoas com mais escolaridade, por exemplo, (1b) e (1c) podem ser mais facilmente proferidas em situações menos formais, com menos monitoração da fala.

Os estudos sobre a variação na concordância nominal e verbal no português brasileiro têm demonstrado que essa variação não é restrita a uma comunidade específica, mas é verificada em todo o território nacional (cf. NARO; SCHERRE, 2007). Mais ainda, estudos também apontam uma relação entre a aplicação da concordância padrão (que será assumida aqui como aquela prescrita pelos manuais de gramática normativa) e maior escolaridade.

A concordância é um fenômeno que se realiza entre unidades linguísticas numa relação de localidade específica, o nível do sintagma. É apenas observando o nível das relações sintagmáticas que se pode compreender os mecanismos de concordância

no português. A concordância verbal, nesse sentido, é uma relação estabelecida entre a flexão verbal e algum elemento na posição de sujeito da sentença, considerando informações gramaticais do item na posição de sujeito, como a informação gramatical de pessoa e de número. Da mesma maneira, a concordância nominal, de gênero e de número, é compreendida como uma relação entre um núcleo nominal e elementos que ampliam esse núcleo (artigo, adjetivo, numeral etc.).

A marcação da concordância nominal não está atrelada a um critério de linearidade, como poderia sugerir o exemplo apresentado em (1c), em que apenas o artigo apresenta morfema de número morfológicamente realizado, na primeira posição da sentença, garantido a leitura de plural. Os dados em (2) sugerem que não se trata de marcar o primeiro elemento que compõe o sujeito:

- (2) a. [Todos os menino inteligente] saiu mais cedo.
 b. *[Todos o menino inteligente] saiu mais cedo.

Para compreender o contraste entre (2a), uma forma não padrão de concordância, mas aceitável, e (2b) um caso inaceitável pelos falantes do português temos de lançar mão da noção de sintagma. Um sintagma consiste num objeto sintático formado pela combinação de itens lexicais e/ou funcionais, que projeta a partir de um núcleo. O núcleo é o elemento responsável tanto pela delimitação da quantidade de itens com os quais irá se combinar obrigatoriamente quanto pela natureza do sintagma formado. Nesse sentido, tem-se nas línguas um sintagma nominal, aquele projetado a partir de um nome; um sintagma verbal, projetado a partir de um verbo; um sintagma preposicional, projetado a partir de uma preposição e, pelo mesmo critério de projeção, tem-se o sintagma adverbial e o sintagma adjetival. O sintagma é a unidade linguística que se situa entre o nível da palavra e o nível da sentença.

Um teste que permite verificar os limites de um sintagma nominal (SN) é o da pronominalização, uma vez que um pronome (de terceira pessoa) pode substituir um sintagma nominal, como mostram os exemplos em (3):

- (3) a. [Os meninos] chegaram cedo.
 b. [Eles] chegaram cedo.

Voltando aos exemplos em (2), curiosamente, podemos ter o pronome *eles* tanto substituindo todo o sintagma *todos os meninos* (4) como apenas *os meninos* (5):

- (4) *Todos os meninos* chegaram cedo. > *Eles* chegaram cedo.
 (5) *Todos os meninos* chegaram cedo. > *Todos eles* chegaram cedo.

A possibilidade de em (5) podermos substituir com o pronome *eles* apenas *os meninos*, deixando *todos* de fora da pronominalização, sugere que este item pode não estar contido no SN *os meninos*. De fato não está. *Todos* é um quantificador que seleciona um SN.⁵ Com base nisso, podemos voltar ao contraste apresentado nos exemplos (2), repetidos em (6):

- (6) a. [Todos os menino] saiu mais cedo.
 b. *[Todos o menino] saiu mais cedo.

Com base nos exemplos apresentados em (1), observamos que bastava a marcação de plural no artigo definido para garantirmos uma sentença aceitável do PB, garantida a leitura de plural. O contraste em (6) reforça essa tese, já que marcar apenas o primeiro elemento que encabeça o SN, com morfema de plural, pode não produzir uma construção aceitável. Marcando-se o determinante, como em (6a), garante-se uma construção aceitável. Recorrendo à noção de sintagma, podemos ainda observar que *todos* não é o primeiro elemento do SN, mas um item que seleciona este sintagma, cujo determinante, no caso de (6) é o artigo definido. Podemos chegar a uma generalização, com base nos dados discutidos, para o padrão de concordância no PB, se tivermos em vista a noção de sintagma para tratar dados como os apresentados em (1):

- (7) Restrição sobre marcação de pluralidade no SN do PB:

Marcando-se morfologicamente o determinante no SN com morfologia de plural, a marcação pode ser dispensada nos demais elementos do sintagma, garantindo-se construções aceitáveis e com leitura de plural.⁶

Essa generalização não abarca apenas itens classificados como artigos definidos, mas também itens que podem exercer a função de determinantes: demonstrativos, possessivos pré-nominais, numerais, além do próprio artigo definido, como mostram os dados em (8):

5 Aqui vale uma observação: tanto “Todos os meninos” como “os meninos” apresentam propriedades de “construções nominais”. Entre essas propriedades está a da distribuição na sentença: essas duas construções podem ocupar posições sintáticas que são geralmente preenchidas por SN (ex. podem ser o sujeito ou o objeto direto em uma sentença). Assim, uma construção como “Todos os meninos” continua sendo uma construção nominal, sugerindo que esse tipo de sintagma é um pouco mais complexo que apenas um SN. Estudos gerativistas têm discutido estruturas robustas para as construções nominais nas línguas naturais. Para uma leitura mais aprofundada sobre o assunto, sugerimos o livro de Alexiadou, Haegeman e Stavrou (2007).

6 Deixamos para o leitor a tarefa de compor um conjunto de dados com SN no plural, sem ocorrência de determinantes, a fim de ver como se apresentam as possibilidades de marcação de plural (ex.: livros antigos rasgados).

- (8) a. Maria rasgou [os livro antigo].
b. Maria rasgou [aqueles livro antigo].
c. Maria rasgou [três livro antigo].⁷
d. Maria rasgou [meus livro antigo].

Perini (2016), em sua *Gramática descritiva do português brasileiro*, lista os elementos que em português exercem a função ou aparecem na posição de determinante, os quais reproduzimos em (9):

- (9) Determinantes do português
a. *o, um, esse, aquele, algum, nenhum, cada, que, qual*
(PERINI, 2016, p. 365)

De acordo com Perini, além dos determinantes, mais dois tipos de elementos aparecem antecedendo o nome no SN do português: os predeterminantes, que seriam, de acordo com o autor, apenas dois itens (*ambos* e *todos*), como exemplificado em (10):

- (10) a. Ambos os rapazes.
b. Todos os rapazes.
(exemplos de PERINI, 2016, p. 364)

Para os casos de possibilidade de marcação de plural em construções envolvendo esses dois itens na posição de predeterminante, não há a possibilidade de apenas esses dois elementos serem marcados, sem que o elemento na posição de determinante também esteja marcado para o plural, conforme mostram os dados em (11):

- (11) a. Todos os/esses/meus aluno > *Todos o/esse/meu aluno
b. *Ambos o aluno

7 Observem a diferença de leitura entre “três livros” e “os três livros”. No primeiro caso, temos uma leitura indefinida e, no segundo uma leitura definida atribuída pelo artigo. Na ausência do artigo definido diante do numeral – ou de outros predeterminantes como demonstrativos e possessivos, como em (8c), o traço semântico de quantidade dessa categoria é suficiente para garantir a leitura de número do sintagma. Esse fato reclama uma reconsideração da generalização apresentada em (7), mais um exercício que deixamos para o leitor.

Os dados em (11) favorecem a generalização apresentada em (7), a de que é o elemento na posição de determinante que deve ser morfológicamente marcado. Contudo, é importante observar a agramaticalidade de (12), em que não se observa a realização de plural do predeterminante apesar de se observar no determinante:

(12) a. *Todo os rapaz

O exemplo em (12) pode ser uma construção aceitável na fala, muito provavelmente se interpretarmos que há nesse caso um agrupamento fonológico entre “todo” e “os”. Perini (2016) interpreta a construção em (12) como “uma forte tendência a omitir o determinante dessa sequência” (PERINI, 2016, p. 364):

(13) a. Todos rapazes

(PERINI, 2016, p. 364)

O que acontece, então, nos casos em (12) e (13) carece de uma discussão mais aprofundada e não iremos adentrar nesse tópico para além dessa discussão do contraste e apresentação de duas hipóteses sobre o que ocorre: (a) um agrupamento fonológico entre “todo” e “os” e, portanto, não havendo omissão do artigo; e (b) a omissão do artigo, conforme sugere Perini (2016).

Observando a ocorrência de “todos” com outros tipos de determinante, observamos que não é possível deixar o predeterminante marcado para plural, sem que também o determinante não seja (14b). O oposto pode ser observado (14c). Dados como esses reforçam a generalização esboçada em (7).

(14) a. Todos esses menino

b. *Todos esse menino

b. Todo esses menino

Ainda no que diz respeito à marcação de plural no determinante, um contexto bastante peculiar é o que observa com a coocorrência entre artigo definido e possessivo pré-nominal, como ilustrado em (15):

(15) a. Os meus irmãos

b. Os meus irmão

c. Os meu irmão

d. O meus irmão⁸

e. *O meu irmãos

Um primeiro ponto a se observar nos tipos de construção em (15) é que no PB temos uma variação que permite ou não a realização de artigos definidos diante de possessivos pré-nominais, sem aparentes diferenças de significado, como mostra (16):

(16) a. O meu irmão saiu.

b. Meu irmão saiu.

Essa variação de realização, observada em (16), tem sido objeto de investigação de muitos pesquisadores (SILVA, 1998; CASTRO, 2006; FLORUPI, 2008; MAGALHÃES, 2012; SEDRINS, 2013, entre vários outros) e constitui um fenômeno instigante de análise dado o fato de que nem todo sistema linguístico permite a coocorrência de artigos e possessivo pré-nominais, como é o caso do inglês, por exemplo, conforme mostra (17):

(17) a. The books (os livros)

b. My books (meus livros)

c. *The my books (os meus livros)

Dado o fato de que a presença ou ausência do artigo definido, diante do pronome possessivo pré-nominal não interfere no significado da construção, autores como Castro (2006) têm argumentado a favor de que o possessivo pré-nominal exerce o papel de determinante. Castro explora várias propriedades morfossintáticas dos possessivos pré-nominais, a fim de corroborar a sua tese de que de fato essa categoria é um determinante. Por questões de espaço, não iremos explorar toda as propriedades apresentadas pela autora. Um dos aspectos relevantes levantados por Castro é o de que o possessivo em posição pré-nominal só pode ter uma leitura definida, típica de alguns determinantes, como o artigo definido e os demonstrativos. Apenas quando em posição pós-nominal é que o possessivo poderia apresentar uma leitura indefinida. Isso pode ser observado nos dados em (18):

(18) a. Meu livro (leitura definida)

b. O meu livro (leitura definida)

8 Scherre (1998) apresenta dados atestados como esse em (15d): *do meus dez anos* (SCHERRE, 1998, p. 91).

- c. Um livro meu (leitura indefinida)
- d. *Um meu livro

O exemplo em (18d) mostra a impossibilidade de ocorrência de possessivo em posição pré-nominal quando o SN é introduzido por um elemento indefinido. Com base em restrições como essa, Castro defende que o possessivo realizado em posição pré-nominal é diferente daquele realizado em posição pós-nominal, apesar de a morfologia desses elementos ser a mesma. Assumindo com Castro que o possessivo pré-nominal exerce a função de determinante, os dados em (15), repetidos aqui em (19), podem ser interpretados por meio da restrição apresentada em (7):

- (19) a. Os meus irmãos
- b. Os meus irmão
- c. Os meu irmão
- d. O meus irmão
- e. *O meu irmãos

A impossibilidade de um dado como (19e) é prevista pela restrição em (7) como também a possibilidade de ocorrência de um dado como (19d), em que o possessivo apresenta marca morfológica de plural, mas não o artigo, se considerarmos que possessivos pré-nominais são determinantes, como argumenta Castro (2006).

Além dos determinantes e dos predeterminantes, Perini (2016) também aponta para outros elementos que antecedem o núcleo nominal: quantificadores (quantos, tantos, poucos, muitos vários, qualquer, certos, meio), possessivos sintéticos⁹ (meu, seu, nosso) e numerais. Sobre os possessivos em posição pré-nominal, vimos que podem ser os únicos elementos marcados com morfema de plural. Nesse caso, uma abordagem que os considerem determinantes permite explicar algumas propriedades desses itens (restrição para leitura definida em posição pré-nominal, não alteração semântica na ausência de artigo definido).

Quanto aos quantificadores e numerais, deixamos para o leitor a proposta de constituírem um conjunto de dados envolvendo esses elementos, testando as possibilidades de marcação de pluralidade em todos os elementos do SN e confrontando os julgamentos de aceitabilidade¹⁰ com a restrição apresentada em (7) a fim de contestá-la ou confirmá-la. Sugerimos, inclusive, como atividade reflexiva para se trabalhar com os alunos na escola.

9 Nas palavras do autor, “os possessivos sintéticos se opõem aos possessivos analíticos, que ocorrem sempre depois do núcleo: são ele *dele, deles, de vocês*” (PERINI, 2016, p. 365, nota 3).

10 Um julgamento de aceitabilidade deve ser compreendido como o posicionamento de um falante diante de um dado da sua língua materna, reconhecendo-o ou não como possível de ser produzido e interpretado (não considerando avaliações do tipo “certo” ou “errado”).

2.2 A DIREÇÃO DO FENÔMENO DA CONCORDÂNCIA E A “DISCORDÂNCIA” DE GÊNERO GRAMATICAL

Ao considerar o fenômeno da concordância nominal e a partir do que vimos sobre a restrição de marcação de plural no PB na seção anterior podemos levantar o seguinte questionamento: em termos de concordância de número, é o nome que concorda com o determinante ou o determinante que concorda com o nome? Essa é a discussão sobre a qual nos debruçamos nesta seção.

Na tradição gramatical, é comumente constatada a hipótese de que o nome (N) seja o elemento do SN que porte os traços de número e gênero e, portanto, o artigo definido é o elemento que deveria concordar com ele. Azeredo (2008, p. 150) confirma essa ideia:

A unidade que ‘expande’ a base da construção é uma unidade subordinada. A condição de unidade subordinada explicita-se de três maneiras: pela posição, pela variação morfossintática e pelo uso de conectivos. Diz-se que a base da construção rege a unidade que a expande. Segundo esta aceção ampla de regência, o substantivo rege seus determinantes bem como os adjetivos que se referem a ele, impondo-lhes seus traços de gênero e número (concordância nominal).

Perini (2016), ao discorrer sobre as propriedades sintáticas do núcleo do SN, observa que é o núcleo nominal que determina “as condições de concordância nominal dentro do SN: em meu carro amarelo tanto meu quanto amarelo estão no masculino singular porque o núcleo, carro, é masculino e está no singular” (PERINI, 2016, p. 358). No entanto, o autor, em nota, pondera que essa condição de concordância se limita à forma conservadora de concordância:

A rigor, essa regra funciona no padrão. No coloquial, frequentemente o número é marcado apenas no determinante (as janela quebrada, construção comum na linguagem de praticamente todos os falantes de todas as classes sociais e regiões do país). Aqui, como em outros pontos, optei por descrever uma forma bastante conservadora do PB, mesmo porque falta um estudo adequado deste fenômeno (PERINI, 2016, p. 358, nota 4).

Esse direcionamento do fenômeno da concordância nominal não é um ponto pacífico em manuais de gramática e nem mesmo entre cientistas da linguagem. Ao consultarmos quatro manuais, constatamos a divergência. Almeida (2009) assume a mesma perspectiva apontada por Azeredo (2008), de que o artigo definido deve concordar com o substantivo, sendo o nome o elemento que portaria as informações de número e de gênero. De acordo o autor, em nota de rodapé, “o artigo e o numeral, não

obstante constituírem classes autônomas, estão incluídos entre os adjetivos nas regras de concordância nominal” (ALMEIDA, 2009, p. 456). O adjetivo, por sua vez, “concorda em gênero e número com o substantivo a que se refere”.

A perspectiva adotada por Almeida sobre a direção do fenômeno da concordância pode ser compreendida se consideramos que se trata de uma gramática de teor prescritivo, que desconsidera o fenômeno da variação linguística. Isto é, uma construção, como *os menino inteligente*, a partir da qual poderíamos questionar qual categoria porta/manifesta plural no PB, não é um tipo de dado que Almeida considere em sua teorização sobre a língua, já que representa um dado que, para ele – e outros normativos – “não existe”!

A afirmação de que é o nome que porta as informações de número (singular ou plural) e os demais elementos é que concordam com ele pode ser questionada a partir da consideração de exemplos, como os apresentados na seção anterior, considerando que são exemplos reais do PB. Se o nome é a categoria que porta as informações de número, como explicar o contraste em (20):

- (20) a. Os menino
b.*O meninos

Se é possível encontrarmos uma variação na realização do morfema de plural no SN, por que não é possível um dado como (20b), em que o nome, que justamente seria a categoria que portaria as informações de número, apresenta esse morfema? Se compararmos com dados do inglês, por exemplo, verificamos que a marca de plural é obrigatória no nome. Algo equivalente como (20b), no inglês, com marca de plural apenas no nome, é possível, como mostra (21):

- (21) a. The boys arrived.
Os garotos chegaram

Vimos que a marcação de plural apenas no determinante é suficiente para garantir a leitura de plural do SN, o que sugere que seja essa categoria, então, responsável pela introdução dessa informação (número). Nesse sentido, encontramos em alguns manuais de gramática afirmações que apontam para essa direção:

- (22) “(o artigo) Indica, ao mesmo tempo, o gênero e o número dos substantivos.”
(CEGALLA, 2008, p. 157)

“Junto de nome não marcado por gênero e número, pode o artigo ser responsável pela indicação dessas categorias gramaticais.” (BECHARA, 2019, p. 170)

“O artigo caracteriza-se por ser a palavra que introduz o substantivo indicando-lhe o gênero e o número.” (CUNHA; CINTRA, 2008, p. 225)

Nomes como *estudante* na nossa língua, classificados tradicionalmente como nome comum de dois gêneros, parecem deixar para o determinante e outros elementos que o acompanham a função de marcação ou explicitação do gênero gramatical: *a estudante, o estudante*. Daí, em casos como esse, as afirmações em (22) a (24) serem apresentadas pelos autores. Assim, encontramos-nos diante de um enigma: afinal de contas, como entender o fenômeno da concordância? É o nome ou o determinante – ou outra categoria – que porta os traços de número (e gênero)?

Magalhães (2004), amparada no quadro da teoria gerativa chomskyana apresenta uma análise para a explicação sobre como se dá a concordância no PB. A autora recorre a uma operação denominada *Agree*, proposta inicialmente por Chomsky (1999), para explicar o fenômeno da concordância dentro do sintagma. Essa operação se estabelece entre dois elementos: uma sonda e um alvo. A sonda seria um elemento que portaria informações gramaticais não definidas¹¹ que precisam ser checadas a partir do contato com seu alvo, que possui essas informações gramaticais bem definidas. A partir do momento em que esses dois elementos (sonda e alvo) se encontram, acontece uma reciprocidade nessa checagem: a sonda consegue especificar suas informações que não estavam especificadas e o alvo, por sua vez, além de especificar as informações da sonda, também tem algumas de suas informações gramaticais especificadas pela sonda. Para exemplificar, Magalhães assume que os nomes no português apresentam as informações especificadas para gênero (masculino e feminino), mas não apresentam informação especificada para número (singular e plural). Os determinantes, por sua vez, teriam o oposto – apresentariam informação especificada de número (singular e plural), mas não de gênero. Assim, o determinante (D) seria a sonda dentro do sintagma que entraria em relação com o nome (N), a fim de especificar sua informação de gênero. Com essa relação estabelecida entre D e N, N também teria sua informação de número especificada.

Não fica tão claro, contudo, o que acontece naqueles casos de nomes comuns de dois gêneros, como já citamos: *a estudante, o estudante*. Como garantimos que é o nome, nesse caso, e não o artigo, que portaria, a princípio, a informação de gênero gramatical?

11 Buscamos evitar os termos teóricos que demandariam maior espaço para sua adequada conceituação. Assim, estamos nos referindo a “informações gramaticais não definidas” como um substituto à noção de “traços gramaticais não interpretáveis” no texto de Magalhães (2004). As informações gramaticais a que nos referimos são informações sobre número (singular e plural), gênero (masculino, feminino) e pessoa (1ª, 2ª, 3ª).

Outros contextos que também apresentam um desafio para a afirmação de que o nome apresenta a especificação de gênero gramatical são (a) Casos de nomes nus¹² em construções predicativas (25); e (b) Nomes próprios (26):

(25) a. Água_{gênero gramatical?} é bom_{masculino}

(26) a. Adair é meu professor/minha professora
b. A Pablo Vittar/O Pablo

Exemplos como os apresentados em (25) são atestados em manuais de gramática normativa. Almeida apresenta os seguintes exemplos:

(27) a. Cerveja não é bom para a saúde.
b. Pimenta é bom para estimular.
c. É necessário paciência.
d. É proibido entrada.
e. Não é necessário mulheres na fábrica.
(ALMEIDA, 2009, p. 460)

Almeida se refere aos casos apresentados em (27) como casos de “discordância do predicativo com o sujeito”, limitando esses casos a apenas três predicativos: *bom*, *necessário*, *proibido*. De acordo com o autor, nesses casos, o predicativo não assume a forma masculina, mas sim a forma neutra, “visto que os substantivos a que se referem, tomados em sua generalidade abstrata, assumem sentido vago, no qual como que se oblitera o conceito genérico” (ALMEIDA, 2009, p. 460). Trata-se de “um dos vestígios interessantes do gênero neutro em português” (ALMEIDA, 2009, p. 460).

Para o autor, nos contextos em que há uma “determinação positiva”, o predicativo apresenta a concordância correspondente:

(28) a. **Esta cerveja** não é **boa** para a saúde.
b. **Aquelas pimentas** são **boas** para estimular.
c. É **necessária a paciência**.
d. É **proibida a entrada**.

12 Um nome nu é aquele que é realizado sem um determinante, seja ele definido ou indefinido (cf. OLIVEIRA; MEZARI, 2012).

As placas mostradas a seguir, coletadas em páginas da internet, são exemplos de dados reais e mostram que mesmo diante da realização do artigo definido no feminino, podemos ter a forma “proibido”. Ou seja, os dados reais mostram que não parece ser o caso de “discordância” apenas quando o “sujeito” está com sentido vago, geral, como sugere Almeida (2009).

Figura 3.1 – Exemplo de “discordância” de gênero entre predicativo e sujeito introduzido por artigo definido em placa de aviso.



Fonte: <http://superreforco.blogspot.com/2012/12/concordancia-nominal.html>. Acesso em: 01 fev. 2022.

Figura 3.2 – Exemplo de “discordância” de gênero gramatical entre predicativo e sujeito introduzido por artigo definido em placa de aviso.



Fonte: <http://portaldoprofessor.mec.gov.br/fichaTecnicaAula.html?aula=57752>. Acesso em: 02 fev. 2022.

A concordância em construções predicativas desse tipo no PB também têm sido o escopo de vários estudos linguísticos (CONTO, 2016; FOLTRAN; RODRIGUES, 2013; MEZARI, 2013; PEREIRA, 2020; SIQUEIRA, 2017; SIQUEIRA; SIBALDO; SEDRINS, 2020, entre outros). Os estudos revelam que construções de “discordância” desse tipo são encontradas em outros sistemas linguísticos, como o sueco, por exemplo, em que os sujeitos apresentam uma morfologia de número diferente da apresentada pelo predicado (ver JOSEFSSON, 2009). Um segundo fato é que esse tipo de concordância não se limita aos predicativos *bom*, *proibido* e *necessário*, como sugere Almeida (2009). Os exemplos de “discordância” a seguir foram retirados de Pereira (2020) e consistem em dados atestados:

(29) a. “Calça clara fica bonito em você” (Conversa entre familiares, Belo Horizonte, 10/2019).

b. “Mudança é cansativo” (Conversa entre vizinhos, Belo Horizonte, 10/2019).

c. “Inveja é feio” (Facebook, 04/08/2017).

d. “Censura é absolutamente injusto” (Jornal Hoje, Rede Globo, 04/05/2020).

(exemplos retirados de PEREIRA, 2020, p. 1)

Os exemplos em (30), a seguir, mostram que não se trata, novamente, de contextos com apenas nomes nus:

(30) a. “A oração, ela é bom, porque ...” (Rede Vida, programa Vida em Oração, Pe. Márcio Tadeu, 21/10/2019).

b. “Essa questão da vaga é sério mesmo” (Conversa entre professoras, Belo Horizonte, 23/10/2019).

c. “A vida é tranquilo quando você descansa na palavra de Deus”.

d. “Uma comidinha em casa é bom” (Conversa entre familiares, Belo Horizonte, 07/02/2020).

e. “Essa semana é apertado pra mim” (Conversa entre paciente e secretária de consultório médico, Belo Horizonte, 26/11/2020).

f. “Que a prática de exercícios físicos é bom para a mente e para o corpo todo mundo sabe”.

g. “Muita farofa é enjoativo” (SIQUEIRA, 2017, p. 73).

h. “Super rico essa live!” (Comentário em chat de live, Belo Horizonte, 19/05/2020. Nesse dado, o DP predicativo precede o sujeito, e a cópula está elíptica: “(Está) [(algo) Super rico] essa live!”)

(exemplos retirados de PEREIRA, 2020, p. 2)

Os dados mostram uma possibilidade de “discordância” entre sujeito e predicativo, no que se refere ao gênero gramatical, estando ou não o nome acompanhado por um determinante. Essas construções reclamam um olhar mais apurado acerca do gatilho da concordância nominal no PB: que categoria porta os traços de gênero a partir da qual as demais relacionadas passam a exibir morfologia de concordância?

Para compreender um pouco sobre o que está acontecendo nessas construções, vamos primeiro recorrer ao estudo de Foltran e Rodrigues (2013). As autoras observaram que nessas construções predicativas há a possibilidade de se estar falando de uma situação ou de um indivíduo. Comumente, quando o sujeito da sentença apresenta uma leitura de situação, observa-se a “discordância”, ficando o predicativo na forma masculina. Já quando o sujeito da sentença apresenta uma leitura de indivíduo, o predicativo tende a apresentar a marca de gênero correspondente. Essas leituras do sujeito e o padrão de concordância são exemplificadas em (31):

- (31) a. Ela estudando é lindo = (o que é lindo é a situação “ela estudando”)
 b. Ela estudando é linda = (o indivíduo referenciado por “ela” é que é lindo)
 (exemplo retirado de SIQUEIRA, SIBALDO e SEDRINS, 2020, p. 319)

Assim, poderíamos compreender os exemplos em (29) como casos de leitura de “situações”. Por exemplo, em (29b), *mudança é cansativo*, a sentença pode ser entendida como “uma situação envolvendo mudança é cansativo”. Os dados em (30) apontam que no PB há uma variação em relação à concordância de gênero entre sujeito e predicativo, haja ou não a realização de determinantes no SN que está na posição de sujeito.

Os casos de concordância nominal entre sujeito e predicativo constituem um caso de concordância “externa”, no sentido de que é uma concordância entre elementos que estão separados na sentença em domínios distintos: um na posição de sujeito, outro na de predicativo. A concordância nominal interna ao SN, em relação a gênero gramatical, parece ser mais resistente à variação. Nesse sentido, o julgamento de aceitabilidade dos autores deste texto sobre os dados em (32) são de que não constituem exemplos genuínos na variedade que utilizam do PB, apesar de serem dados reais apresentados na literatura especializada:

- (32) a. uma pessoa muito querido
 b. o certidão de óbito do meu pai
 (exemplos de LUCCHESI, 2009, p. 306)

Os dados em (32) são provenientes da fala de moradores de uma comunidade brasileira afrodescendente, isolada no interior do estado da Bahia, a comunidade de Helvécia, e constituem evidências a favor de uma interferência das línguas africanas no

PB, conforme defendido em Lucchesi, Baxter e Ribeiro (2009). Por sua vez, Naro e Scherre (2007) oferecem uma discussão alternativa, observando a ocorrência de “discordância” em relação ao gênero gramatical (e ao número também), mostrando que já no português europeu antigo encontram-se dados com variação. Esses últimos autores argumentam que o padrão de variação de concordância encontrado no PB é uma continuidade do que já se observava no português europeu.

Divergências à parte, os dados mostram que a variação na concordância no PB está relacionada também a diferentes comunidades falantes dessa língua. Não só a diferentes comunidades, mas também a outros fatores extralinguísticos. O principal fator extralinguístico que tem sido apontado como responsável pela escolha de formas padrão e não padrão de concordância tem sido a escolaridade atrelada a comunidades mais ou menos urbanas: quanto maior o nível de escolaridade e maior o índice de urbanização, maior o índice de aplicação da concordância padrão, como bem discute Brandão (2009).

Considerando o padrão de concordância nominal por diferentes grupos sociais, retomamos em (33) os exemplos com nomes próprios apresentados em (26):

- (33) a. Adair é meu professor/minha professora
 b. A Pablo Vittar/O Pablo

No PB, nomes próprios de pessoas podem ou não ser realizados com artigos definidos, permanecendo com leitura de nome próprio (SEDRINS, 2017). Algumas comunidades falantes do português, no Brasil, tendem a evitar o uso de artigos diante de nomes próprios, como mostram, por exemplo, os estudos sobre dados de fala de Pernambuco realizados em Pereira (2017) e Sedrins, Pereira e Siqueira (2015). A variação na realização de artigos definidos diante de nomes próprios de pessoas não implica alteração de significado, como mostra (34):

- (34) a. João saiu/O João saiu.

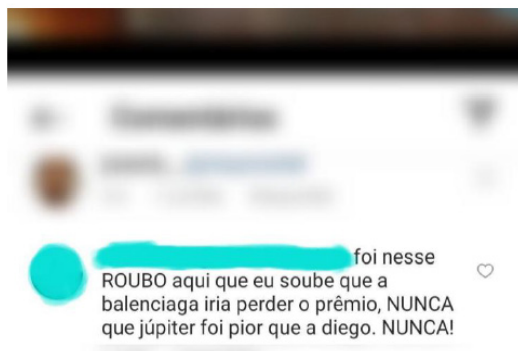
Dada a irrelevância em termos de contribuição semântica do artigo definido diante de nome próprio, como no caso de (34), Castro (2006) tem tratado essa ocorrência do artigo como de natureza expletiva, termo também apresentado por Longobardi (1994), ao analisar casos semelhantes de coocorrência de artigos e nomes próprios no italiano.

O contexto envolvendo nomes próprios no PB também tem sido relevante para se discutir que categoria porta traços de gênero (se o nome ou o determinante, por exemplo) direcionando o fenômeno da concordância. Em alguns casos, os nomes próprios por si sós parecem ser suficientes como portadores de informação sobre gênero gramatical, como *Pedro* (masculino), *Paulo* (masculino), *Paula* (feminino) etc., ao lado de

nomes que não são tão claros quanto a esta informação: ex. *Adair* em (33a). Além desses casos, têm sido registradas ocorrências como as apresentadas em (33b), em que um nome, aparentemente no masculino, *Pablo*, pode ser utilizado com o artigo na forma masculina ou na forma feminina.

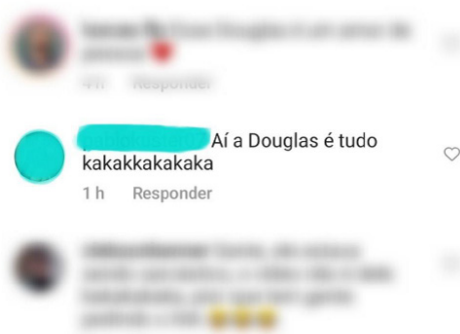
Essa possibilidade, contudo, parece estar fortemente vinculada a usos de determinados segmentos sociais, conforme mostra o estudo apresentado em Pereira (2021). De acordo com o autor, o uso de artigo na forma feminina em coocorrência com nomes no masculino tem sido encontrado na fala de sujeitos pertencentes à comunidade LGBTQIA+. As Figuras 3.3 e 3.4 constituem realizações reais, apresentadas no estudo de Pereira (2021).

Figura 3.3 – Uso de artigo definido no feminino diante de nome próprio geralmente classificado como de gênero gramatical masculino, em perfil do Instagram.



Fonte: Pereira, 2021, p. 28.

Figura 3.4 – Uso de artigo definido no feminino diante de nome próprio geralmente classificado como de gênero gramatical masculino, em perfil do Instagram.



Fonte: Pereira (2021, p. 30)

O tema sobre a relação entre gênero gramatical e gênero social tem sido pauta de investigação recente nos estudos linguísticos (BRITO, 2020; CARVALHO, 2020; CARVALHO; SCHWINDT, 2020; SILVA, 2021, entre outros) e tem

reclamado o tratamento de questões essenciais, como: a distinção entre gênero gramatical e sexo, conforme apresenta Camara Jr. (1970) e uma abordagem interdisciplinar que busque conjugar as propriedades do sistema linguístico do PB e suas limitações para atender a demandas de grupos sociais sobre o tratamento de formas linguísticas “neutras”, que apontam para questões de representatividade e inclusão.

No caso específico do uso de nomes próprios no masculino com artigos definidos no feminino, as investigações são mais recentes ainda e muito pouco sabemos de fato sobre o que ocorre nessas construções tanto no que se refere às relações estruturais da língua quanto aos usos realizados por comunidades no Brasil.

3.3 DAS CONCLUSÕES E ORIENTAÇÕES PARA O ENSINO DA CONCORDÂNCIA EM SALA DE AULA

Nas duas seções anteriores, discutimos algumas questões relacionadas ao fenômeno da concordância nominal no PB, considerando as possibilidades de manifestação do morfema de plural *-s* em todos os elementos flexionáveis para número no SN, como também discutimos casos de “discordância” em relação a gênero gramatical. Abordamos essas questões no intuito de fornecer uma contribuição para o ensino de gramática na escola, a fim de que a discussão, nesse espaço de ensino-aprendizagem, ultrapasse o modelo tradicional de gramática.

Pelo menos três questões centrais devem ser consideradas no ensino de gramática: a primeira delas é a de que língua tem uma dimensão biológica, a Faculdade da Linguagem, um conhecimento inato à espécie humana, que a habilita para a aquisição de uma língua particular, sem necessidade de uma escolarização. Adquirimos um conhecimento sobre nossa língua materna bem antes de sermos introduzidos ao ambiente escolar, que permite compreendermos e produzirmos sentenças da nossa língua desde muito cedo. Esse conhecimento nos habilita a reconhecer sequências que pertencem ou não à nossa língua. O que ocorre na escola, nas aulas de língua portuguesa, é uma explicitação de uma parcela desse conhecimento, através de atividades de metalinguagem, por exemplo. Além disso, é na escola também em que geralmente ocorre o ensino de uma variedade idealizadamente culta, que não coincide necessariamente com a variedade trazida pelo aluno. Temos, pois, em princípio, de levar em consideração o confronto entre esses dois conhecimentos e a capacidade linguística do aluno, que é completamente eficiente em sua língua materna.¹³

A segunda questão diz respeito à natureza inerentemente heterogênea da língua que, por natureza, é dinâmica e está em constante processo de mudança. Nessa dinâmica da variação, fatores linguísticos e extralinguísticos atuam favorecendo o uso de uma(s) e desfavorecendo o uso de outra(s) forma(s) de se dizer a mesma coisa. A variação linguística não pode ser encarada como um fenômeno caótico pois, como busca-

13 Há de se separar a eficiência dessa capacidade, comum a todos os nativos falantes do PB, e questões de desempenho para as quais fatores dos mais variados podem interferir.

mos ilustrar através do fenômeno da concordância nominal, a variação tem limites impostos pelo próprio sistema linguístico. Conhecer esses limites é de fato compreender como a língua funciona. Essa é a terceira questão que deve ser considerada: a língua apresenta um funcionamento próprio que, mesmo diante do fenômeno da variação, manifesta restrições sobre as possibilidades de combinações de elementos linguísticos.

Assim, se queremos promover um ensino de língua realmente reflexivo, coerente, pautado pela abordagem científica da linguagem, devemos considerar esses aspectos. Tratar a variação linguística em sala de aula, implica tratar: (a) os limites da variação impostos pelo sistema linguístico e, conseqüentemente, tratar sobre questões de organização desse sistema; e (b) considerar a correlação entre diferentes variedades da língua, situando as condições de produção do dado – quando foi produzido, por quem foi produzido, em que contexto foi produzido, uma vez que a depender das variáveis, uma forma linguística se apresentará como representativa do “padrão” da variedade daquele sujeito que produziu o dado linguístico. Nesse ponto, podemos observar que diferentes falantes do PB podem apresentar diferentes julgamentos sobre um dado linguístico, a depender do padrão encontrado em sua variedade de uso.

Nossa proposta, então, é tratar a gramática e a variação linguística com o compromisso e rigor que isso requer. Não basta reproduzir jargões que parecem amplamente serem reproduzidos em aulas de língua portuguesa como “não existe falar errado, mas sim falar de acordo ou não com a situação”. Frases como essas são verdadeiras e relevantes, mas precisamos trazer o aluno para a consciência sobre o funcionamento linguístico: não basta apenas apresentar num texto exemplos de variação linguística, pois, muito provavelmente, o texto não irá colocar em evidência os limites do sistema linguístico, o que será realizado apenas com dados considerados como dados de “evidência negativa” – aqueles dados “agramaticais” que mostram uma violação de funcionamento natural do sistema (ex.: a ordem dos elementos em *(i) *amarela casa a*).

Nossos encaminhamentos, então, são os mesmos postos em Borges Neto (2013), Oliveira e Quarezemin (2016) e Pilati (2017), para os quais recomendamos a leitura, a fim de uma melhor compreensão da proposta: um tratamento científico da gramática na escola, assim como acontece nas aulas de Biologia, Matemática etc., um tratamento baseado em métodos e teorias linguísticas. Não se trata de discutir quadros teóricos com os alunos, necessariamente, mas criar atividades em que sejam levados a construir hipóteses sobre o funcionamento de sua própria língua. Isso pode ser alcançado com atividades em que o aluno seja levado a construir um banco de dados, lançando mão de constituição de *corpus*, com material linguístico coletado nas mais diferentes esferas (internet, livros, pichações de muros, pichações em banheiro, produções textuais dos próprios alunos etc.), além de dados provenientes da sua própria introspecção, testando os limites de variação de um fenômeno, buscando construir generalizações sobre o funcionamento linguístico, a partir de um número de um conjunto representativo de dados. Ademais, os dados encontrados e as generalizações e hipóteses elaboradas poderão (e deverão) ser contrapostos à abordagem tradicional, a fim de verificar as limitações desta.

Esse tipo de atividade deve ser monitorado e orientado pelo professor que, muito bem munido de aparato teórico e metodológico, conseguirá conduzir o tratamento dos dados pelos alunos de maneira coerente. A tarefa, reconhecemos com Oliveira e Quarezemin (2016, p. 17), “requer um professor aberto, curioso, engajado, que tenha tempo para desenvolver projetos com a sua turma”. Acrescentamos a essa citação que a tarefa também requer uma escola também aberta, curiosa, engajada e que forneça ao professor tempo adequado para desenvolver seus projetos.

REFERÊNCIAS

- ALEXIADOU, Artemis; HAEGEMAN, Liliane; STAVROU, Melita *Noun phrase in the generative perspective*. Berlin: Mouton de Gruyter, 2007.
- ALMEIDA, Napoleão Mendes de. *Gramática metódica da língua portuguesa*. 46. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.
- AZEREDO, José Carlos de. *Gramática Houaiss da língua portuguesa*. 2. ed. São Paulo: Publifolha, 2008.
- BECHARA, Evanildo. *Moderna gramática portuguesa*. 39. ed., rev. e ampl. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2019.
- BEZERRA, Maria A.; REINALDO, Maria A. *Análise linguística: afinal, a que se refere?* São Paulo: Cortez, 2013.
- BORGES NETO, José. Ensinar gramática na escola? *ReVEL*, edição especial, n. 7. 2013. Disponível em: <http://www.revel.inf.br/fies/e5c43b98325ed8dae986e-ca642e-5c3d2.pdf>.
- BRANDÃO, Silvia Figueiredo. Concordância nominal. In: VIEIRA, Silvia Rodrigues; BRANDÃO, Silvia Figueiredo (orgs.). *Ensino de gramática: descrição e uso*. São Paulo: Contexto, 2009. p. 57-83.
- CAMARA JR., Joaquim M. *Estrutura da língua Portuguesa*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1970.
- CARVALHO, Dannel. (2020). As genitálias da gramática. *Revista da ABRALIN*, v. 19. n. 1.
- CARVALHO, Dannel; BRITO, Dorothy (org.). *Gênero e língua(gens): formas e usos*. Salvador: EDUFBA, 2020.
- CASTRO, Ana. *On possessives in Portuguese*. Tese (Doutorado em Linguística), Universidade Nova de Lisboa – FCSH e Université Paris 8 – CLI, 2006.
- CEGALLA, Domingos P. *Novíssima gramática da língua portuguesa*. 48. ed. revisada. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2008.
- CHOMSKY, Noam. Derivation by phase. In: KENSTOWICZ, Michael (ed.). *Ken Hale: a life in language*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001. p. 1-52.

- CONTO, Luana de. Interpretação de sentenças copulares com aparente falta de concordância: uma análise através de concordância de gênero semântico. *Revista da ABRALIN*, v. 15, n. 1, p. 161-193, jan./jun. 2016.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. *Nova gramática do português contemporâneo*. 7. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2008.
- DOLZ, Joaquim; NOVERRAZ, Michèle; SCHNEUWLY, Bernard. Sequências didáticas para o oral e a escrita: apresentação de um procedimento. In: SCHNEUWLY, Bernard; DOLZ, Joaquim. *Gêneros orais e escritos na escola*. [Tradução e organização: Roxane Rojo e Gláís Sales Cordeiro]. Campinas-SP: Mercado das Letras 2004.
- FLORUPI, Simone. *Estudo da variação do determinante em sintagmas nominais possessivos na história do português*. Campinas, 2008. Tese de doutorado, UNICAMP.
- FOLTRAN, Maria José; RODRIGUES, Patrícia. On denoting abstract entities. *Revista da ABRALIN*, v. 12, n. 1, 269-291, jan./jun. 2013.
- GERALDI, João W. (org.). *O texto na sala de aula*. Cascavel/Campinas: Assoeste/Unicamp, 1984.
- GERALDI, João W. *Portos de passagem*. São Paulo: Martins Fontes, 1993.
- JOSEFSSON, Gunlög. Pancakes and peas: on apparent disagreement and (null) light verbs in Swedish. *Nordic Journal of Linguistics*, v. 32, n. 01, p. 35-72, 2009.
- LABOV, William. *Sociolinguistic patterns*. The University of Pennsylvania Press: 1972.
- LONGOBARDI, Giuseppe. Reference and proper names: a theory of N-movement in syntax and logical form. *Linguistic Inquiry*, 25, 4: 609-665, 1994.
- LUCCHESI, Dante. A concordância de gênero. In: LUCCHESI, Dante; BAXTER, Alan; RIBEIRO, Ilza (orgs.). *O português afro-brasileiro*. Salvador: EDUFBA, 2009. p. 295-318.
- LUCCHESI, Dante; BAXTER, Alan; RIBEIRO, Ilza (orgs.). *O português afro-brasileiro*. Salvador: EDUFBA, 2009.
- MAGALHÃES, Telma M. V. O uso de artigo definido diante de pronome possessivo em textos portugueses do século XVI a XIX. In: SEDRINS, Adeilson P.; CASTILHO, Ataliba T. de; SIBALDO, Marcelo A.; LIMA, Rafael B. de. *Por amor à linguística: miscelânea de estudos linguísticos dedicados à Maria Denilda Moura*. Maceió: EDUFAL, 2012. p. 229-246.
- MAGALHÃES, Telma M. V. A valoração de traços de concordância dentro do DP. *D.E.L.T.A.*, 20:1, 2004 (149-170).
- MEZARI, Meiry P. *A estrutura sintático-semântica do singular nu: o que a morfologia de gênero indica?* 2013. 122 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.

- NARO, Anthony J.; SCHERRE, Maria M. P. *Origens do português brasileiro*. São Paulo: Parábola editorial, 2007.
- OLIVEIRA, Roberta P. de; MEZARI, Meiry P. Os vários modos de ser nu: uma introdução. In: OLIVEIRA, Roberta P. de; MEZARI, Meiry P. (orgs.). *Nominais nuns: um olhar através das línguas*. Campinas: Mercado de Letras, 2012, p. 7-26.
- OLIVEIRA, Roberta P. de; QUAREZEMIN, Sandra. *Gramáticas na escola*. Petrópolis: Vozes, 2016.
- PEREIRA, Bruna K. Checagem de traços de gênero no interior do DP pós-cópula. *Anais do XXXV ENANPOLL*, online, 2020. Disponível em: <https://anpoll.org.br/enanpoll-2020-anais/resumos/digitados/0001/PPT-eposter-trab-aceito-0553-1.pdf>.
- PEREIRA, Déreck Kássio F. *A realização de artigo definido no português falado na região do sertão do Pajeú-PE*. 2017. 206 f. Dissertação (Mestrado em linguística) – Centro de Artes e Comunicação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife.
- PEREIRA, Déreck Kássio F. *Avaliações subjetivas de universitários recifenses acerca da realização de artigo definido feminino diante de antropônimos masculino no português brasileiro*. 2021. 176 f. Tese (Doutorado em linguística) – Centro de Artes e Comunicação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife.
- PERINI, Mário A. *Gramática descritiva do português brasileiro*. Petrópolis: Rio de Janeiro, 2016.
- PERINI, Mário A. *Para uma nova gramática do português*. 5. ed. São Paulo: Ática, 1991.
- PERINI, Mário A. *Sofrendo a gramática: ensaios sobre a linguagem*. São Paulo: Ática, 1997.
- PILATI, Eloisa. *Linguística, gramática e aprendizagem ativa*. Campinas: Pontes editores, 2017.
- POSSENTI, Sírio. *Por que (não) ensinar gramática na escola*. Campinas: Mercado de Letras, 1996.
- SCHERRE, Maria Marta P. Sobre a influência de três variáveis relacionadas na concordância nominal em português. In: SILVA, Giselle Machline de O. e; SCHERRE, Maria Marta P. (orgs.). *Padrões sociolinguísticos: análise de fenômenos variáveis do português falado na cidade do Rio de Janeiro*. 2. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1998, p. 85-117.
- SCHWINDT, Luiz Carlos. *Sobre gênero neutro em português brasileiro e os limites do sistema linguístico*. Revista da ABRALIN, v. 19, n. 1, p. 1-23, 17 nov. 2020.
- SEDRINS, Adeilson P. Há lugar para o estudo da frase na escola? In: CAVALCANTI, Larissa de Pinho; SANTOS, Maria de Fátima S. dos; SILVA, Noadia Íris da

- (orgs.). *O eu e o outro em dez anos de licenciatura em letras na UAST*. Jundiá: Paco editorial, 2020, p. 103-116.
- SEDRINS, Adeilson P. Nomes próprios e artigos definidos no português brasileiro. *Revista Letras*, Curitiba, UFPR, n. 96, pp.239-254, jul./dez. 2017.
- SEDRINS, Adeilson P. O artigo definido no português brasileiro em contextos de antropônimos e de possessivos pré-nominais. In: MOURA, Maria Denilda; SIBALDO, Marcelo A. (orgs.). *Para a história do português brasileiro*. Maceió: EDUFAL, 2013, p. 133-149.
- SEDRINS, Adeilson P.; NASCIMENTO, Poliana V. do; IZÍDIO, Thamires dos Santos. Análise linguística e ensino de língua portuguesa. In: SEDRINS, Adeilson P.; SIBALDO, Marcelo A. (orgs.). *Conectando saberes na escola: linguística, literatura, educação e ensino de línguas – reflexões, relatos e propostas de atividades*. Pipa Comunicação: Recife, 2017. p. 79-97.
- SEDRINS, Adeilson P.; PEREIRA, Déreck K. F.; SIQUEIRA, Alane Luma S. Variação na realização do artigo definido diante de antropônimos em dados de fala e escrita no sertão de Pernambuco. In: SEDRINS, Adeilson P.; SÁ, Edmilson José de. (orgs.). *Aspectos descritivos e sócio-históricos da língua falada em Pernambuco*. Recife: Editora da UFRPE, 2015, p. 205-216.
- SILVA, Elaine Rodrigues de S. *A categoria gramatical de gênero, gênero neutro e a neutralização de gênero: o que a linguística tem a dizer?* 2021. 46 f. TCC (Graduação). Curso de Letras da Universidade Federal do Agreste de Pernambuco. Garanhuns, 2021.
- SILVA, Giselle Machline de O. e. Emprego do artigo diante de possessivo e de patronímico: resultados sociais. In: SILVA, Giselle Machline de O. e; SCHERRE, Maria Marta P. (orgs.). *Padrões sociolinguísticos: análise de fenômenos variáveis do português falado na cidade do Rio de Janeiro*. 2. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1998. p. 265-281.
- SIQUEIRA, Alane L. S. *A concordância de gênero em construções predicativas adjetivais com o verbo ser no Português Brasileiro*. 2017. 175 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2017.
- SIQUEIRA, Alane L. S.; SIBALDO, Marcelo A.; SEDRINS, Adeilson P. Sentenças panquecas no português brasileiro. In: CARVALHO, Danniell; BRITO, Dorothy (org.). *Gênero e língua(gens): formas e usos*. Salvador: EDUFBA, 2020. p. 319-338.
- TRAVAGLIA, Luiz Carlos. *Gramática e interação: uma proposta para o ensino de gramática no 1º e 2º graus*. São Paulo: Cortez, 1996.